



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 680/2013

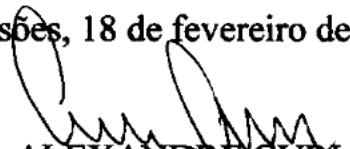
Revoga Leis que concederam Título de Utilidade Pública.


Art. 1º Revoga as seguintes Leis que concederam Título de Utilidade Pública:


- I - Lei nº 11.126, de 5 de julho de 1995;
- II – Lei nº 11.158, de 25 de julho de 1995;
- III – Lei nº 11.190, de 13 de novembro de 1995;
- IV – Lei nº 12.251, de 31 de julho de 1998;
- V – Lei nº 12.274, de 18 de agosto de 1998;
- VI – Lei nº 12.284, de 18 de agosto de 1998;
- VII – Lei nº 12.286, de 18 de agosto de 1998;
- VIII – Lei nº 12.299, de 19 de agosto de 1998;
- IX – Lei nº 12.367, de 23 de dezembro de 1998;
- X – Lei nº 12.431, de 13 de janeiro de 1999;
- XI – Lei nº 12.483, de 20 de janeiro de 1999;
- XII – Lei nº 12.498, de 22 de janeiro de 1999;
- XIII – Lei nº 12.582, de 8 de junho de 1999;
- XIV – Lei nº 12.634, de 12 de julho de 1999 e
- XV – Lei nº 12.692, de 29 de outubro de 1999.

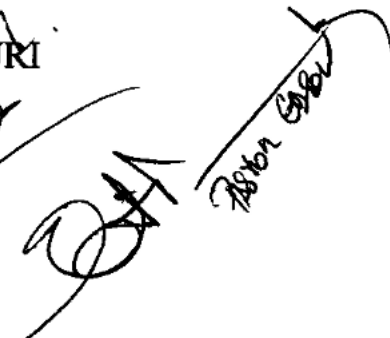
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de fevereiro de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator







ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 681/2013

Revoga Leis que concederam Título de Utilidade Pública.

Art. 1º Revoga as seguintes Leis que concederam Título de Utilidade Pública:

- I - Lei nº 11.082, de 24 de abril de 1995;
- II – Lei nº 12.246, de 31 de julho de 1998;
- III – Lei nº 12.334, de 24 de setembro de 1998;
- IV – Lei nº 12.374, de 23 de dezembro de 1998;
- V – Lei nº 12.409, de 30 de dezembro de 1998;
- VI – Lei nº 12.451, de 13 de janeiro de 1999;
- VII – Lei nº 12.925, de 29 de agosto de 2000;
- VIII – Lei nº 13.157, de 23 de maio de 2001;
- IX – Lei nº 14.637, de 13 de janeiro de 2005;
- X – Lei nº 14.669, de 1º de março de 2005;
- XI – Lei nº 14.724, de 6 de junho de 2005;
- XII – Lei nº 14.884, de 27 de outubro de 2005;
- XIII – Lei nº 14.912, de 21 de novembro de 2005;
- XIV – Lei nº 14.949, de 14 de dezembro de 2005 e
- XV – Lei nº 14.950, de 14 de dezembro de 2005.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de fevereiro de 2014.


ALEXANDRE CURI

Presidente


Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 682/2013

Revoga Leis que concederam Título de Utilidade Pública.

Art. 1º Revoga as seguintes Leis que concederam Título de Utilidade Pública:

- I - Lei nº 6.693, de 17 de julho de 1975;
- II - Lei nº 7.063, de 5 de dezembro de 1978;
- III - Lei nº 7.130, de 2 de maio de 1979;
- IV - Lei nº 12.990, de 24 de novembro de 2000;
- V - Lei nº 13.010, de 11 de dezembro de 2000;
- VI - Lei nº 13.201, de 27 de junho de 2001;
- VII - Lei nº 13.320, de 13 de novembro de 2001;
- VIII - Lei nº 13.642, de 25 de junho de 2002;
- IX - Lei nº 13.783, de 10 de setembro de 2002;
- X - Lei nº 13.784, de 10 de setembro de 2002;
- XI - Lei nº 13.878, de 25 de novembro de 2002;
- XII - Lei nº 14.081, de 11 de julho de 2003;
- XIII - Lei nº 14.113, de 15 de setembro de 2003;
- XIV - Lei nº 14.173, de 5 de novembro de 2003 e
- XV - Lei nº 14.341, de 16 de fevereiro de 2004.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de fevereiro de 2014.

ALEXANDRE CURTI
Presidente

Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 683/2013

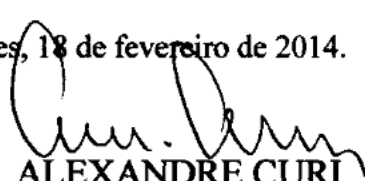
Revoga Leis que concederam Título de Utilidade Pública.

Art. 1º Revoga as seguintes Leis que concederam Título de Utilidade Pública:

- I - Lei nº 5.766, de 6 de maio de 1968;
- II - Lei nº 6.747, de 16 de dezembro de 1975;
- III - Lei nº 6.948, de 18 de novembro de 1977;
- IV - Lei nº 7.542, de 8 de dezembro de 1981;
- V - Lei nº 8.059, de 26 de dezembro de 1984;
- VI - Lei nº 8.339, de 11 de julho de 1986;
- VII - Lei nº 8.510, de 30 de junho de 1987;
- VIII - Lei nº 8.754, de 22 de abril de 1988;
- IX - Lei nº 13.592, de 29 de maio de 2002;
- X - Lei nº 13.598, de 29 de maio de 2002;
- XI - Lei nº 13.652, de 25 de junho de 2002;
- XII - Lei nº 13.764, de 10 de setembro de 2002;
- XIII - Lei nº 15.105, de 8 de maio de 2006;
- XIV - Lei nº 16.154, de 6 de julho de 2009; e
- XV - Lei nº 16.588, de 5 de outubro de 2010.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

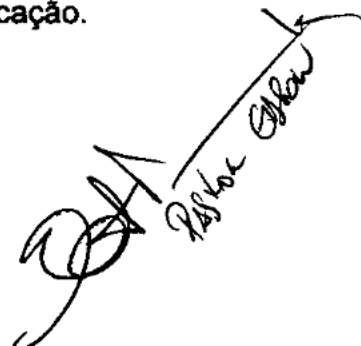
Sala das Comissões, 18 de fevereiro de 2014.


ALEXANDRE CURTI
Presidente


Relator


João Genuário


Paulo Vitor


Pastor Othmar



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 687/2013

Revoga as Leis nº 13.015/2000; nº
13.075/2001; nº 13.082/2001; nº
13.107/2001.

Art. 1º Ficam revogadas as Leis nº 13.015, de 11 de dezembro de 2000; nº 13.075, de 16 de janeiro de 2001; nº 13.082, de 16 de janeiro de 2001 e nº 13.107, de 16 de janeiro 2001.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de fevereiro de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator


João Luiz


Paulo Sérgio


Fábio Assunção



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

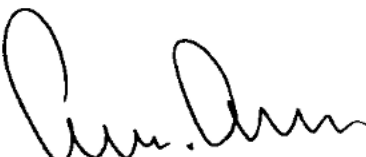
Redação Final ao Projeto Lei nº 688/2013


Revoga as Leis nº 9.677/1991, nº 9.876/1991, nº 9.927/1992, nº 9.933/1992, nº 10.048/1992, nº 10.108/1992, nº 10.186/1993, nº 10.325/1993, nº 10.326/1993, nº 11.340/1996, nº 11.388/1996, nº 11.546/1996, nº 11.675/1997, nº 11.693/1997, nº 11.846/1997.

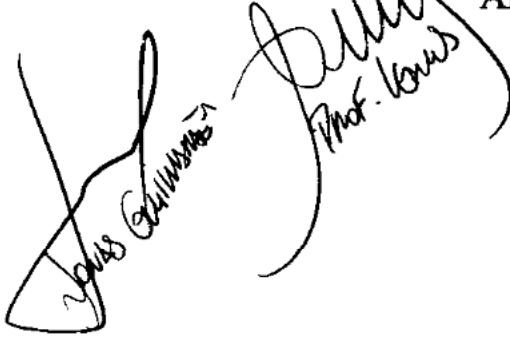
Art. 1º Ficam revogadas as Leis nº 9.677, de 5 de setembro de 1991; nº 9.876, de 20 de dezembro de 1991; nº 9.927, de 8 de abril de 1992; nº 9.933, de 16 de abril de 1992; nº 10.048, de 16 de julho de 1992; nº 10.108, de 9 de outubro de 1992; nº 10.286, de 17 de maio de 1993; nº 10.325, de 7 de junho de 1993; nº 10.326, de 7 de junho de 1993; nº 11.340, de 17 de janeiro de 1996; nº 11.388, de 21 de maio de 1996; nº 11.546, de 2 de outubro de 1996; nº 11.675, de 6 de fevereiro de 1997; nº 11.693, de 17 de fevereiro de 1997; nº 11.846, de 3 de outubro de 1997.


Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de fevereiro de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator


Prof. Louis


Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

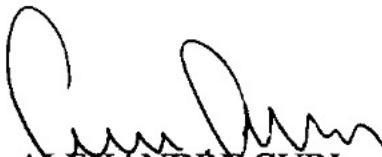
Redação Final ao Projeto Lei nº 709/2013

Revoga as Leis nº 10.084, 21 de setembro de 1992; nº 11.684, de 6 de fevereiro de 1997; nº 12.445, de 13 de janeiro de 1999; 12.505, de 22 de janeiro de 1999; nº 13.098, de 16 de janeiro de 2001; e nº 13.247, de 3 de agosto de 2001.

Art. 1º Ficam revogadas as Leis nº 10.084, de 21 de setembro de 1992; nº 11.684, de 6 de fevereiro de 1997; nº 12.445, de 13 de janeiro de 1999; nº 12.505, de 22 de janeiro de 1999; nº 13.098, de 16 de janeiro de 2001 e nº 13.247, de 3 de agosto de 2001.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de fevereiro de 2014.


ALEXANDRE CURI
Presidente




Relator


Prof. Kury



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

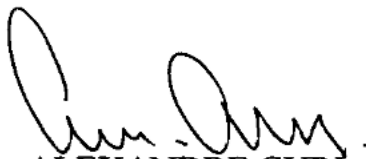
Redação Final ao Projeto Lei nº 710/2013

Revoga a Lei nº 13.099, de 16 de janeiro de 2001, de concessão de Título de Utilidade Pública.


Art. 1º Revoga a Lei nº 13.099, de 16 de janeiro de 2001, que concedeu o Título de Utilidade Pública à Associação Rádio Comunitária Jerusalém – AERCOJ, com sede e foro no Município de Diamante do Norte.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

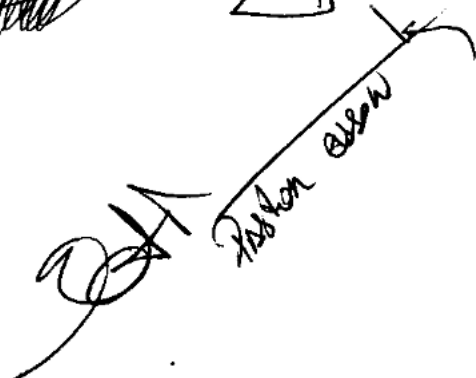
Sala das Comissões, 18 de fevereiro de 2014.

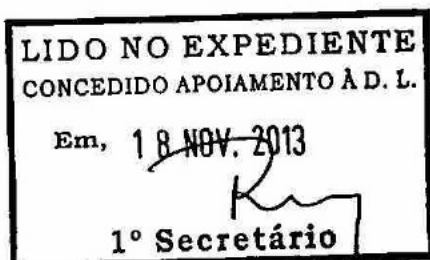

ALEXANDRE CURI
Presidente


Prof. Luiz


Relator


João Guimarães


Nelson Assunção



PROJETO DE LEI Nº 630 /2013

Altera a Lei nº 11.334/1996.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 11.334, de 17 de janeiro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Sertaneja e foro no Município de Cornélio Procopio.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2013.

Deputado **CAITO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



Deputado **TADEU VENERI**
MEMBRO

Deputado **TERCÍLIO TURINI**
MEMBRO

Deputado **ANDRE BUENO**
MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**
MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 11.334, de 17 de janeiro de 1996 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Sertaneja. Contudo, verifica-se que a instituição tem sede no Município de Sertaneja e foro no Município de Cornélio Procopio, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2013.



SECRETARIA DE

ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato



Página para Impressão

Lel 11334 - 17 de Janeiro de 1996

Alterado Compilado Original 1

Publicado no Diário Oficial nº. 4676 de 17 de Janeiro de 1996

Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do Município de Sertaneja, com sede e foro no Município do mesmo nome.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Declara de utilidade pública estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do Município de Sertaneja, com sede e foro no município do mesmo nome.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 17 de janeiro de 1996.

Emília de Salles Belinati
Governadora do Estado, em exercício

Fani Lerner
Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família

ALTERAR FORO p/ Corvélis Procopio

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

topo

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



SECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 630/2013

Projeto de Lei nº 630/2013

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: *Altera a Lei nº 11.334/1996.*

EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 11.334/1996 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a sede e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

Lei 11.334/1996. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, do Município de Sertaneja, com sede e foro no município do mesmo nome.

O projeto pretende modificar a "sede e foro no Município de Sertaneja" para "sede no Município de Sertaneja e foro no Município de Cornélio Procopio".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

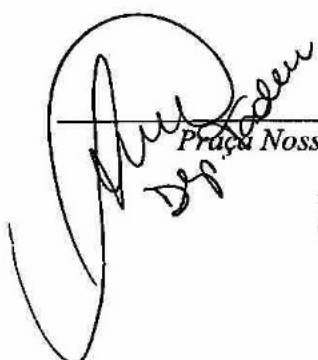



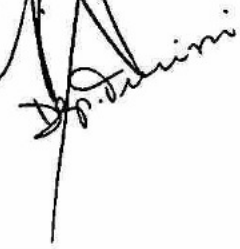

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR

APROVADO

11/12/13







Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n.º 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 18 NOV. 2013

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 631 /2013

Altera a Lei nº 13.200/2001.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 13.200, de 27 de junho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Bituruna e foro no Município de União da Vitória.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2013.

Deputado **CAITO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n.º 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO

Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO

Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 13.200, de 27 de junho de 2001 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Bituruna. Contudo, verifica-se que a instituição tem sede no Município de Bituruna e foro no Município de União da Vitória, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2013.

SECRETARIA DE

ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação



Pesquisa Rápida

voltar ↩

Exibir Ato



Página para impressão

Lei 13200 - 27 de Junho de 2001

Alterado Compilado Original ⓘ

Publicado no Diário Oficial nº. 6016 de 28 de Junho de 2001

Súmula: Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bituruna, com sede e foro no município de Bituruna.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bituruna, com sede e foro no município de Bituruna.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 27 de junho de 2001.

Jaime Lerner
Governador do Estado

Fani Lerner
Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família

José Cid Campêlo Filho
Secretário de Estado do Governo

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



SECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO



Foro União da Vitória @



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 631/2013

Projeto de Lei nº 631/2013

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: *Altera a Lei nº 13.200/2001.*

EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 13.200/2001 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a sede e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

Lei 13.200/2001. Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos Excepcionais de Bituruna, com sede e foro no município de Bituruna.

O projeto pretende modificar a "sede e foro no Município de Bituruna" para "sede no Município de Bituruna e foro no Município de União da Vitória".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça


Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.





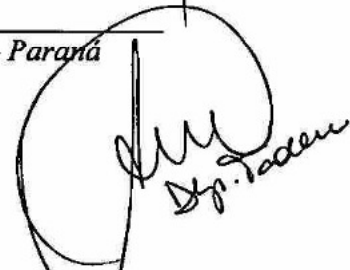
Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

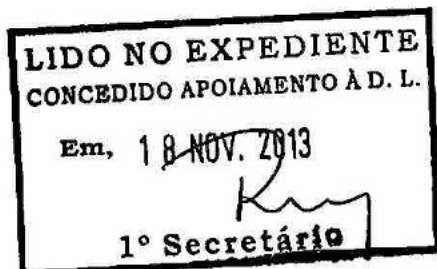

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

APROVADO

11/12/13

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



PROJETO DE LEI Nº 632 /2013


Altera a Lei nº 10.837/1994.

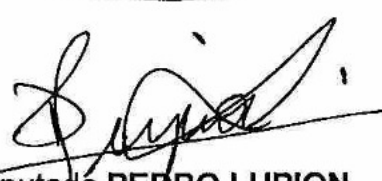
Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 10.837, de 5 de julho de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Nova Prata do Iguaçu e foro no Município de Salto do Lontra."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2013.


Deputado **CAIO QUINTANA**
PRESIDENTE


Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR


Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO

Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO

Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 10.837, de 5 de julho de 1994 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Nova Prata do Iguaçu. Contudo, verifica-se que a instituição tem sede no Município de Nova Prata do Iguaçu e foro no Município de Salto do Lontra, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2013.



SECRETARIA DE

ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato



Página para Impressão

Lei 10837 - 05 de Julho de 1994

Alterado Compilado Original 1

Publicado no Diário Oficial nº. 4298 de 5 de Julho de 1994

Súmula: Declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - de Nova Prata do Iguaçu, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - de Nova Prata do Iguaçu, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 05 de julho de 1994.

Mário Pereira
Governador do Estado

Newton Sérgio Ribeiro Grein
Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



SECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO



Foro Salto do Lontra



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 632/2013

Projeto de Lei nº 632/2013

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: *Altera a Lei nº 10.837/1994.*

EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 10.837/1994 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a sede e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

Lei 10.837/1994. Súmula: Declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Nova Prata do Iguaçu", com sede e foro na Cidade do mesmo Nome.

O projeto pretende modificar a "sede e foro no Município de Nova Prata do Iguaçu" para "sede no Município de Nova Prata do Iguaçu e foro no Município de Salto do Lontra".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

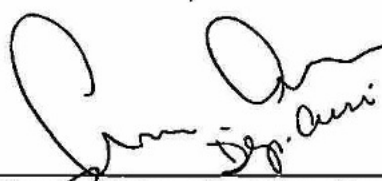



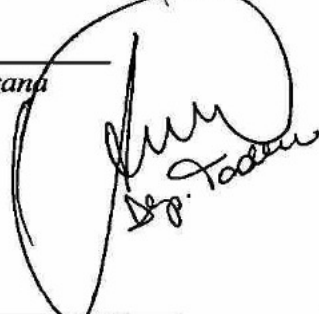
Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 2013.

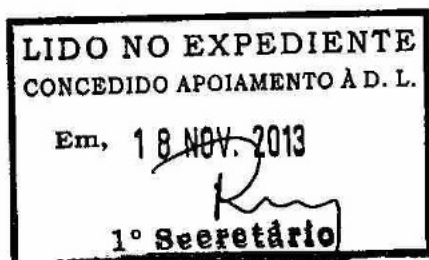

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR

APROVADO

11/12/13






Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



PROJETO DE LEI Nº 633/2013

Altera a Lei nº 9.120/1989.

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 9.120, de 14 de novembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Paçandu e foro no Município de Maringá.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2013.

Deputado **CAITO QUINTANA**
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**
MEMBRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*




Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO


Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO


Deputado **ANDRÉ BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

JUSTIFICATIVA

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 9.120, de 14 de novembro de 1989 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Paçandu. Contudo, verifica-se que a instituição tem sede no Município de Paçandu e foro no Município de Maringá, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 13 de novembro de 2013.

SECRETARIA DE
ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida voltar


Exibir Ato

 Página para impressão

Lei 9120 - 14 de Novembro de 1989

Alterado Compilado Original Publicado no Diário Oficial nº. 3143 de 16 de Novembro de 1989**Súmula:** Declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS" - APAE-PDU, com sede e foro na cidade de Paçandu-Pr.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS" - APAE-PDU, com sede e foro na cidade de Paçandu - Pr. **Art. 2º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 14 de novembro de 1989.

Álvaro Dias
Governador do EstadoRubens Bueno
Secretário de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social

MARCA MARINGÁ

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - ParanáSECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 633/2013

Projeto de Lei nº 633/2013

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: *Altera a Lei nº 9.120/1989.*

EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 9.120/1989 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo alterar a sede e o foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

Lei 9.120/1989. Súmula: Declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS" – APAE-PDU, com sede e foro na Cidade de Paiçandu-Pr.

O projeto pretende modificar a "sede e foro na Cidade de Paiçandu-Pr" para "sede na Cidade de Paiçandu-Pr e foro no Município de Maringá".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



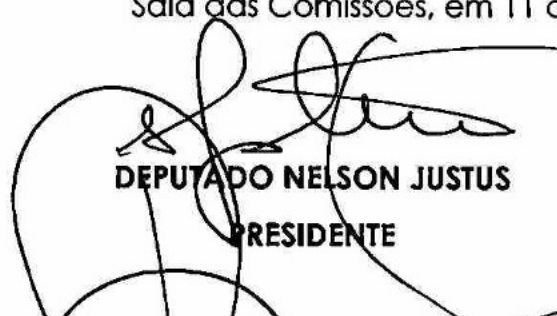
Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A Iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.






Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR

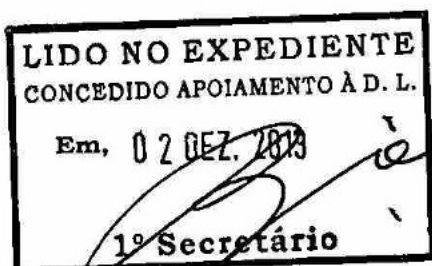
APROVADO

11/12/13






Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Gilberto Martin



PROJETO DE LEI Nº 704/13

Institui no Estado do Paraná o dia 20 de novembro, como o "DIA DE ORAÇÃO E AÇÃO PELA CRIANÇA".

Art. 1º - Institui no Estado do Paraná, o dia 20 de novembro, como o "Dia de Oração e Ação pela Criança".

Art. 2º - Este dia tem por objetivo colaborar na conscientização sobre várias atividades necessárias para o desenvolvimento das crianças, como a vacinação, aleitamento materno, luta contra a fome e desnutrição, luta pelo fornecimento de água potável, registro de nascimento, campanhas contra a intimidação, campanhas contra violência sexual e trabalho infantil, promoção da educação para a paz, ensino da ética e outras ações similares.

Art. 3º - O evento ora instituído passará a constar do Calendário Oficial do Estado.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 02 de dezembro de 2013.

GILBERTO MARTIN
Deputado Estadual

14:49 02/12/2013 010382 DEP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



JUSTIFICATIVA:

O Dia Mundial de Oração e Ação pela Criança (20 de novembro) foi instituído durante o III Fórum da Rede Global de Religiões pela Criança (GNRC) realizado em Hiroshima, em maio de 2008 é realizado em todos os continentes.

A GNRC é integrada por representantes de todas as grandes religiões do mundo e muitas outras tradições espirituais. Seus membros compartilham o compromisso de tornar o mundo um lugar onde todas as crianças possam desfrutar não apenas do direito de sobreviver, mas de viver com dignidade. Suas iniciativas e programas são concebidos para integrar questões essenciais como a erradicação da pobreza, direitos da criança, o ensino da ética, educação para a paz e a redução da violência urbana.

A proposta é direcionar, neste dia, orações e ações para a proteção dos direitos e a promoção do bem-estar das crianças. A Pastoral da Criança – entidade que participa da GNRC desde sua criação - incluiu o Dia de Oração no conjunto de ações e campanhas que desenvolve em favor da proteção e desenvolvimento integral das crianças.

A data marca o Dia Universal da Criança, que foi instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) em homenagem à criação da Declaração Universal dos Direitos das Crianças, proclamada nesta data em 1959, e também o aniversário da adoção da Convenção Internacional sobre os Direitos da Infância e da Adolescência, aprovada em 1989 na Assembleia Geral das Nações Unidas.

Em Curitiba, o primeiro evento foi organizado em 2011, tendo reunido mais de 500 crianças e famílias, sendo que no ano seguinte obteve mais de 1200 participantes. Neste ano, foi realizado no Ginásio da Rua da Cidadania do Boqueirão, organizado por diversas Igrejas, Pastorais, Entidades Religiosas, da Sociedade Civil e do Poder Público.

A programação contemplou oficinas de interação entre crianças e suas famílias, com momentos educativos, de entretenimento e oração dos líderes religiosos. Para finalizar a ação, houve uma caminhada ecológica com plantio de árvores no Quartel do Exército do Boqueirão, isso, para aproveitar o ensejo e integrar as crianças na Defesa do Meio Ambiente.



Esse dia, no âmbito mundial, é muito importante em favor das crianças contra qualquer forma de violência, motivo pelo qual merece ser fixado neste Estado, a fim de trazer ainda mais adeptos e participantes desse tema tão importante.

Isso tudo para promover o desenvolvimento infantil, trazendo uma proteção especial e maior bem-estar a estes através da inspiração e promulgação de princípios básicos àqueles que cuidam dessas crianças.

A Pastoral da Criança já faz esse trabalho, envolvendo-se ainda mais com a proposta da GNRC, sendo assim, a criação dessa data dará ainda mais força para o árduo trabalho realizado diariamente pela Pastoral, que ajuda tantas pessoas.

A criança é o futuro do Brasil e a preservação da integridade física e moral destas é de suma importância para a sua formação.

É de notório saber que a oração e a fé ajudam as pessoas a encontrar melhores caminhos, sendo assim, a criação do dia da oração e ação pelas crianças afetará de forma positiva a população.



PARECER AO PROJETO DE LEI 704/2013

Projeto de Lei nº. 704/2013

Autor: Deputado Gilberto Martin.

Súmula: Institui no Estado do Paraná o dia 20 de novembro, como o "Dia de oração e ação pela criança".

EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO O DIA DE ORAÇÃO E AÇÃO PELA CRIANÇA. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Gilberto Martin, tem por finalidade inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado o Dia Estadual de Oração e Ação pela Criança.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



Art. 33-A - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a



qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora proposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a



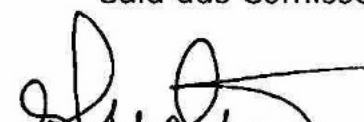
sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

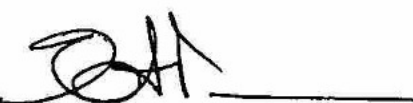
Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR N° 95/98**.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, com o propósito de aplicar melhor técnica legislativa, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, 16 de dezembro de 2013.


Dep. Nelson Justus
PRESIDENTE


Dep. Pr. Edson Praczyk
Relator

APROVADO

16.12.13